

**INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL DE
ALGUNS JULGADOS COMO MINISTRO RELATOR
NO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS.**

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação Anulatória – Fatura Comercial – Multa – Proposta ação anulatória da multa por infração ao Dec. 49.977/61, Regulamentos das Faturas Comerciais, sob fundamento de não haver divergência entre o preço mencionado na fatura e o constante do Certificado de Cobertura Cambial, alterado pela CACEX, apenas para cobrança do imposto, julga-se improcedente a ação, diante da verificação, pelo exame do processo administrativo apensado, que decorreu a multa de fato diverso, a omissão, na fatura, de desconto concedido (Improcedente) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 26.873-SP</p>	<p align="center">30/03/73</p>
<p>Ação Cominatória – Não cabe ação cominatória para compelir uma firma a se inscrever no Conselho Regional de Farmácia, sob pena de multa arbitrada pela parte – A falta de inscrição sujeita o infrator às sanções previstas na legislação própria, de direito público (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 34.217-SP</p>	<p align="center">22/02/74</p>
<p>Ação Executiva – Inocorrência de vencimento antecipado – Estipulação usurária – Não integralizado o empréstimo e não sendo devidas assim as prestações mensais de juros e amortização, mas apenas os juros, não ocorre vencimento antecipado de dívida pelo não pagamento destes, estipulado que foi dito vencimento, em relação àquelas prestações – Julga-se também improcedente a ação, diante de comprovada infração à lei de usura, da qual decorre a necessidade de se ajustar a dívida à medida legal – Infringe o art. 11 do Decreto 22.626/33, a doação de uma loja, feita pelo devedor à Credora, na própria escritura de mútuo hipotecário (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 29.555-MG</p>	<p align="center">10/05/74</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Ação Executiva – Proposta contra coobrigados cambiários, não se exige que a penhora recaia sobre bens a todos pertencentes, podendo ser penhorados bens de qualquer dos réus – A exigência de lançamento, do pagamento parcial, no título, não diz respeito aos seus efeitos em relação ao credor, que recebeu a quantia, nem ao próprio devedor – A autorização para cancelamento de anterior protesto não implica em novação nem desonra o emitente (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 36.329-MG</p>	<p>15/06/77</p>
<p>Ação Rescisória – Decadência – Ajuizada a ação rescisória mais de cinco anos decorridos do trânsito em julgado do acórdão, acolhe-se a preliminar de decadência – Não impede o trânsito em julgado do recurso extraordinário indeferido, por incabível, mas somente o recurso interposto, cabível e conhecido (Procedente) (TP) (TFR)</p>	<p>AR 442-RJ</p>	<p>18/03/75</p>
<p>Ação Rescisória – Violação de literal disposição de lei – Não ocorre violação da letra de lei, fundamento invocado para a ação rescisória, correspondente ao art. 798, I, do CPC, de 1939, se a decisão resulta, como afirma a própria autora, de erro de fato – Proferida a decisão sob a vigência da antiga lei processual, quando também transitou em julgado, não cabe invocação ao art. 485, IX, do atual Código, onde se prevê a rescisão com fundamento em erro de fato (Improcedente) (TP) (TFR)</p>	<p>AR 469-RJ</p>	<p>17/06/75</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Aforamentos de Bens da União – Caducidade – Revigoração – Regidos por legislação específica, e não pelo Código Civil, o não pagamento de foros durante três anos consecutivos acarreta, de pleno direito, a caducidade, independentemente de prévia notificação – Tem, porém, o enfiteuta o direito à revigoração não assegurada pelo Código Civil, devendo ser notificado, após verificada a caducidade para reclamar contra esta ou requerer revigoração, que dependia de atualização dos foros – Requerida como foi a revigoração, obtida pela autora-embargada, que somente se rebela contra a atualização dos foros, decorrente da lei, irrelevantes são os erros ocorridos na remessa da notificação aludida (Improcedência) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 35.814-SP</p>	<p>27/10/75</p>
<p>Agravo – Deserção – Intimado o agravante, mediante publicação do despacho que determinou a subida do recurso, pagas as custas, e feito este pagamento cerca de três meses após, não se conhece do agravo, diante da deserção verificada (Desconhecimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AGMSG 69.149-GB</p>	<p>05/05/72</p>
<p>Apelação Criminal – Nulidade – Competência – Cabimento de apelação, da sentença que anulou o processo <i>ab initio</i> por vício decorrente de inquérito policial – Não ocorre nulidade do processo criminal, por falta de curador do acusado menor, na polícia, se este, quando do interrogatório em Juízo, já era maior – Compete à Justiça Federal o julgamento de crimes cometidos contra o patrimônio dos Territórios, que, em última análise, são patrimônio da União – Provimento do recurso para que o Juiz <i>a quo</i> se pronuncie quanto ao mérito (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>ACR 1.557-GO</p>	<p>11/06/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Apelação Criminal – Prazo – Falsificação – Estelionato – O prazo para a apelação dos réus conta-se da intimação feita ao seu defensor constituído – A ulterior prisão do réu não reabre o prazo para o recurso – Não sendo possível o reconhecimento da absorção do crime de falsificação, pelo estelionato, na forma da jurisprudência, em falta do recurso dos réus, que foram condenados pelo primeiro, também não se justifica reconhecer o concurso formal entre ambos os crimes, do art. 299 do Código Penal para o Parágrafo Único do citado dispositivo, possibilidade, na segunda instância, se a denúncia consta haver sido o crime praticado prevalecendo-se o funcionário público do seu cargo (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 1.776-SP</p>	<p align="center">25/08/71</p>
<p>Apropriação Indébita – Contribuições da Previdência Social – Somente a partir do Decreto-Lei 66/66, o não recolhimento de contribuições descontadas pelo empregador constitui crime de apropriação indébita – Habeas Corpus concedido por falta de justa causa (Concessão) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">HC 2.437-GB</p>	<p align="center">28/05/71</p>
<p>Armazenagem Portuária – Realizado o despacho sobre água, nos termos do art. 11, do Decreto-Lei 8.439/46, o prazo para retirada da mercadoria, com isenção de armazenagem, é de 6 dias, contado da isenção da descarga – Não retiradas dentro deste prazo, em virtude de questão fiscal suscitada pelos agentes do fisco, no prazo da isenção, será devida até o desembaraço, a armazenagem simples, estabelecida no art. 8º do referido Decreto-Lei, se resolvida em favor do dono da mercadoria (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 30.311-GB</p>	<p align="center">27/10/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Cerceamento de Defesa – Desclassificação – Indeferimento da rogatória – Não há nulidade na sentença que desclassificou o crime de contrabando consumado, para tentativa, sem observância das formalidades do art. 384 do CPP, se na denúncia se afirmou haver o acusado tentado entrar no território nacional – O que prevalece não é a classificação dada ao crime na denúncia, mas o fato nela descrito – Não está a defesa obrigada a justificar os motivos pelos quais pretende os depoimentos, nem a esclarecer os fatos a provar com as testemunhas arroladas – Também não pode ser indeferida a carta rogatória por não indicar a parte do Tratado que permite o seu cumprimento, nem justifica o indeferimento, nem o retardamento na ulitimação do processo, diante do estabelecido no art. 222, do CPP, que impedem a suspensão da instrução criminal e asseguram o julgamento, sem a devolução da rogatória, no caso de ser excedido o prazo fixado pelo Juiz (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 2.264-PR</p>	<p align="center">11/09/73</p>
<p>Comércio Exterior – Infração Cambial – Denúncia espontânea – O art. 60, I, da Lei 3.244/57, alcança a importação realizada mediante guia, cujo prazo de validade já expirou, o que corresponde à guia inexistente – A denúncia espontânea da infração, que exclui a responsabilidade do infrator, não se aplica às hipóteses objeto do citado art. 60, I, da Lei 3.244/57, pois, além de se tratar de infração cambial, e não de natureza fiscal, o pagamento de imposto, com juros, não supre a falta da guia de importação, subsistindo a irregularidade na importação (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 74.464-SP</p>	<p align="center">28/0674</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Comodato – Indenização por benfeitoria – Não há cerceamento de defesa no indeferimento de perícia, requerida para prova da existência de benfeitorias, que não foram negadas – As benfeitorias, por outro lado, não são indenizáveis ao comodatário, se não se configurar hipótese de despesas extraordinárias e urgentes, nem foram as mesmas autorizadas pelo comodante; se o fossem, não dariam direito de retenção, como reconhece a doutrina (Desprovisamento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 45.608-MG</p>	<p align="center">06/09/76</p>
<p>Competência – Ação rescisória – Violação de letra de lei – A competência é do Tribunal Federal de Recursos, se o STF limitou-se a, em recurso, decidir quanto à intempestividade da apelação, cujo mérito veio a ser julgado pelo acórdão rescindendo – Improcedente a rescisória, se não caracterizada violação de letra de lei, e os autores não apontam qual o dispositivo violado (Improcedência) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">AR 209-DF</p>	<p align="center">26/10/72</p>
<p>Competência – Agente Financeiro do BNH – Para as ações executivas, movidas por Agentes Financeiros do BNH, ainda que delas decorra eventual reflexo sobre os recursos do Sistema Financeiro de Habitação, competente é a Justiça Estadual, por não figurar como autora, ré, assistente ou oponente a União, nem autarquia ou empresa pública federal (Conhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">CJ 1.749-DF</p>	<p align="center">05/04/73</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Competência – Para a ação anulatória de Ato do Governador do Distrito Federal, na qual foi excluída, por ilegitimidade <i>ad causam</i>, a União Federal, incompetente é a Justiça Federal – Inaplicabilidade, à hipótese, do art. 125, § 1º, da Constituição Federal – Remessa dos autos à Justiça do Distrito Federal, que se confirma (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AG 36.894-GB</p>	<p align="center">10/05/74</p>
<p>Competência – Consignação em pagamento – Vencida na causa uma autarquia, não cabe a remessa <i>ex officio</i> – Tendo a ação por objeto a consignação do valor de notas promissórias pelo autor entregues ao INPS, em virtude de confissão de débito, com parcelamento, competente é a Justiça Federal, não se configurando a hipótese de ação fiscal (Provemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 39.678-SP</p>	<p align="center">03/11/76</p>
<p>Competência – Mandado de Segurança – É do Juiz do lugar onde a autoridade coatora está sediada – Transferida para Brasília a sede do IPASE, com a Presidência e Órgãos centrais, competente para o <i>writ</i>, impetrado contra ato do Presidente da autarquia, é o Juiz Federal do Distrito Federal (Provemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 76.456-RJ</p>	<p align="center">23/08/76</p>
<p>Competência – Registro de nome comercial – Ação de nulidade – Para a ação de nulidade do registro do nome comercial, com o conseqüente cancelamento na Junta Comercial, fundada na Lei 4.726/65, competente é a Justiça Estadual, não estando sequer em causa ato do INPI, nem decorrendo a proteção à exclusividade do nome, de norma do Código da Propriedade Industrial (Procedência) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">CC 2.698-RJ</p>	<p align="center">12/08/76</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Concurso Público – Legitimação passiva – Exigência de diploma – Não cabe ao DASP, encarregado da realização do concurso, a qualidade de coator, mas sim ao Inspetor Fiscal do Instituto do Açúcar e do Alcool, a cujo cargo está o deferimento das inscrições – Não pode o edital de concurso estabelecer exigência de diplomas, não havendo em lei ou regulamento disposições nesse sentido (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 69.050-SP</p>	<p align="center">22/03/71</p>
<p>Concurso Vestibular – Redução de número de vagas – O prazo para decadência do mandado de segurança conta-se não do edital do concurso, mas da recusa de matrícula – Autorizada pelo Conselho Federal de Educação a redução excepcional de vagas, como faculta o Decreto-Lei 574/69, antes de iniciado o ano letivo, não têm os impetrantes direito a matrícula, com base no número de vagas do ano anterior, não podendo invocar ilegalidade do edital que para o vestibular indicou como existente o número de vagas inferior àquele, correspondente ao proposto pela Escola ao Conselho, que veio a autorizar a pleiteada redução (Provemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 69.073-GB</p>	<p align="center">24/11/72</p>
<p>Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia – Anuidades de filial – Para cobrança da contribuição ao CREA, sobre a filial de uma sociedade que funcione em região diferente daquela em que tem sua sede, dever-se-á levar em conta o capital para a mesma destacado, e não o valor integral do capital social da Pessoa Jurídica (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 64.418-PR</p>	<p align="center">21/09/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Contrabando – Tentativa – Mercadorias da Zona Franca de Manaus – Constituindo crime de contrabando a saída de mercadorias da Zona Franca de Manaus, sem autorização, apreendidas as mesmas a bordo, sem que houvesse o navio saído, caracteriza-se uma tentativa – A desclassificação, no caso, de crime consumado para tentativa, independe das formalidades do art. 384 do CPP, uma vez que resulta esta dos fatos narrados na denúncia, sendo a hipótese regida pelo art. 383 do mesmo Código (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>ACR 2.295-AM</p>	<p>20/03/74</p>
<p>Contrabando – Transporte – Apreensão de veículo – Insubsistência de apreensão de veículo, por conduzir mercadoria sujeita à pena de perda, quando inexistir prova de conhecimento ou participação de seu proprietário na destinação ilícita da mesma (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AGMSG 64.955-PR</p>	<p>20/08/71</p>
<p>Crime de Concussão – Desclassificação – Não se caracteriza crime de concussão sem exigência de vantagem indevida – Conduzindo a prova dos autos à exigência de oferta de vantagem, e aceitação desta pelo acusado com a possibilidade de nova definição jurídica do fato mediante desclassificação para o crime de corrupção passiva, e não sendo possível essa desclassificação em segunda instância, conforme a Súmula 453 do STF, ao recurso do Ministério Público deve ser dado provimento para o fim de, cassada a sentença, ser determinada ao Juiz a aplicação do art. 384, do CPP (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>ACR 1.750-PR</p>	<p>22/09/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Crime de Desacato – Falsa identidade – Condenação pelo crime de desacato, sem que a sua atribuição ou inculca seja idônea à obtenção de vantagem pelo agente, em proveito próprio ou alheio, ou a causa de dano a outrem, embora possa o proveito ser representado por utilidade não econômica – Inexistência de crime, se a falsa identidade constitui mera jactância, um dos elementos empregados para perturbar a diligência em realização (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>ACR 2.839-RS</p>	<p>13/02/76</p>
<p>Crime de Responsabilidade – Prefeito Municipal – Desvio ou emprego irregular de verba – Competência – Extinção do mandato – Falta de justa causa – Compete à Justiça Federal processar e julgar o crime consistente em desvio ou emprego irregular de verba proveniente de Convênio entre a União Federal e um Município, ainda que praticado por Funcionário Municipal – Os crimes do art. 1º, do Decreto-Lei 201/66, são crimes de responsabilidade, no sentido de crime funcional, e não no de infração política – Esclarecendo o Ministério da Educação que o inquérito policial, do qual resultou a denúncia, foi decorrência de equívoco, pois o acusado prestou contas na devida oportunidade, havendo estas se extraviado, e que agora encontradas foram consideradas regulares na área administrativa, falta justa causa para o processo (Concessão) (T1) (TFR)</p>	<p>HC 2.908-MA</p>	<p>03/11/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Custas – Apelação – Nas custas a serem pagas pelo apelante, para a subida do recurso, conforme ônus que lhe impõe o art. 56, § 2º do CPC, se inclui a remuneração do perito, ainda que tenha sido arbitrada na própria sentença, e seja dito arbitramento impugnado na apelação interposta (Desprovisamento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AG 25.738-MG</p>	<p align="center">15/09/71</p>
<p>Desapropriação Indireta – Indenização – Honorários de advogado – A indenização devida pela Petrobrás, com fundamento em desapropriação indireta, é limitada ao valor da área necessária à exploração petrolífera exercida, e por ela ocupada, com as benfeitorias existentes – Descabimento da sua extensão a toda a área do imóvel, não inutilizada economicamente – Honorários de advogado elevados a dez por cento (Provisamento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 32.562-BA</p>	<p align="center">29/10/75</p>
<p>Descaminho – Extinção da punibilidade – A Lei 4.729/65, ao definir os crimes de sonegação fiscal, não revogou o art. 334 do Código Penal quanto ao crime de descaminho, que, embora envolvendo uma sonegação de tributo, constitui um delito autônomo – A extinção da punibilidade do art. 2º da referida lei não alcança os crimes de descaminho – Inaplicabilidade também da extinção de punibilidade objeto do art. 18, § 2º, do Decreto-Lei 157/67, que contém norma transitória e referente ao pagamento do Imposto de Renda (Denegação) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">HC 2.599-SP</p>	<p align="center">08/09/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Embargos de Terceiros – Tempestividade – Procedência – Alienação anterior à inscrição da dívida – A tempestividade dos embargos de terceiros, oferecidos em executivo fiscal, não pode ser regida pelo superveniente CPC, que já encontrou preclusa a oportunidade da sua apresentação, segundo a lei anterior – Tempestivos são os embargos, se não há prova de anterior ciência da penhora, pelo embargante, não podendo fluir o respectivo prazo do conhecimento presumido, decorrente da averbação da penhora no Registro de Imóveis – Procedentes os embargos, se já havia sido alienado o imóvel pelo devedor em data anterior à inscrição da dívida (Procedência) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">REO 37.321-PR</p>	<p align="center">17/03/75</p>
<p>Execução de Sentença – Correção monetária – Descabimento – Desapropriação – Estando em causa indenização concedida por inadimplemento contratual, e não uma desapropriação indireta, descabe a correção monetária, pleiteada na execução de sentença (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 27.497-PR</p>	<p align="center">08/04/74</p>
<p>Executivo Fiscal – Agravo – Multa fiscal – Concordata preventiva – O Decreto-Lei 960/38 permite a interposição de agravo por simples petição, com subsequente abertura de vista para razões – Não excluem a exigibilidade da multa fiscal, que independe, em regra, da intenção do agente (Código Tributário Nacional, art. 136), as dificuldades financeiras do contribuinte – Não é aplicável às concordatas preventivas a norma do art. 23, Parágrafo Único, III, da Lei de Falências (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 29.940-SP</p>	<p align="center">02/04/73</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Executivo Fiscal – Honorários de advogado – Devem ser fixados em 20% os honorários de advogado, diante da cláusula constante da Confissão de Dívida, prevendo este percentual para o caso de cobrança judicial do débito confessado (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p>EAC 37.291-SP</p>	<p>11/05/76</p>
<p>Executivo Fiscal – Multa – Inadmissível multar-se serventuário da Justiça, subordinado, portanto, ao Desembargador-Corregedor, e que cumpriu suas determinações – Divergência surgida na interpretação da lei entre o Judiciário e a Fazenda Nacional deverá ter sua solução obtida por outras vias, nunca multando serventuário da Justiça obrigado a proceder de acordo com o provimento da Corregedoria (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AP 28.715-MG</p>	<p>16/06/71</p>
<p>Executivo Fiscal – Previdência Social – Fiscalização – Cobrança de multa imposta pela recusa do executado em exibir seus livros de contabilidade – A verificação dos livros e outras formas de registros, pela fiscalização da Previdência Social, exigindo sua apresentação pela fiscalização, não depende da exigência de suspeita de fraude ou sonegação, o que anularia o disposto pelo art. 177, letras "b" e "c", do RGPS – Porém, será admitido que esta restrição decorra do final do art. 178, do Regulamento, não podendo a mesma prevalecer, pois não consta da norma legal, havendo excesso do poder regulamentar (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AP 35.380-SC</p>	<p>06/08/73</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Executivo Fiscal – Recurso – Multa – Correção monetária – Citação – Nulidade – Nos executivos fiscais, as razões do recurso podem ser oferecidas no prazo de cinco dias seguintes à interposição do agravo – Não pode o Judiciário, sem lei que o autorize, reduzir o valor da multa imposta pela Administração, cabendo-lhe, apenas, o controle da sua legalidade – A proibição de correção monetária sobre multas moratórias foi revogada pelo art. 3º do Decreto-Lei 326/67 – Anula-se o processo quanto a um dos executados, devedor solidário, por ter sido feita a citação em pessoa que não o representa (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 36.594-SP</p>	<p align="center">08/05/74</p>
<p>Executivo Fiscal – Responsabilidade pessoal do sócio-gerente – Permitindo o art. 4º, do Decreto-Lei 960/38, a propositura do executivo fiscal contra o responsável, na forma da lei, por dívida da sociedade, não se justifica o indeferimento do pedido do exequente, que pretende dirigir a execução contra os sócios-gerentes – A existência ou não dessa responsabilidade será matéria a ser decidida na sentença (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 32.156-SP</p>	<p align="center">20/11/72</p>
<p>Funcionário Público – Aposentadoria – O art. 65 da Lei 4.242/63 prevê, em favor dos servidores diplomados em Medicina, Odontologia e Farmácia, caso especial de aproveitamento, e não de readaptação, nem reclassificação, em consequência, não teria aplicação da Súmula 38 do STF, que veda extensão aos aposentados de reclassificação posterior à aposentadoria, nem o princípio que exclui readaptação do aposentado – O direito nele concedido não desaparece com a posterior aposentadoria do funcionário (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 30.557-PR</p>	<p align="center">17/11/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Importação – Controvérsia em matéria de fato – Em relação aos produtos do mar pescados em águas internacionais, a procedência e origem se determinam pela bandeira da respectiva embarcação – Uma vez, porém, que é posto em dúvida, pelas autoridades, o próprio fato da pesca em águas internacionais, e se invoca fraude com importação triangular, incabível é o mandado de segurança, que não comporta investigação quanto à matéria de fato controvertida (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 65.868-SP</p>	<p align="center">17/11/71</p>
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados – Consulta – Efeitos – Da resposta que a uma consulta da impetrante deu a autoridade fiscal, não resulta direito adquirido, podendo o Fisco reexaminar a matéria e fixar orientação ulterior em sentido contrário – Não cabendo imposição de multa ao contribuinte que haja pago o imposto de conformidade com a orientação anterior, ressalvou a autoridade, no caso, os efeitos de consulta antes formuladas, até a data da alteração verificada (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 78.615-RJ</p>	<p align="center">22/08/77</p>
<p>Imposto sobre Produtos Industrializados – O regime de recolhimento prévio do IPI, para o contribuinte devedor remisso, não constitui penalidade e tem sido reconhecido legítimo, não cabendo invocar a Súmula 323 do STF – Daí resulta que, revogado o aludido regime, pelo Decreto-Lei 623/69, não se torna inexigível a multa antes imposta pelo não recolhimento do tributo, na oportunidade própria (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 32.745-SP</p>	<p align="center">14/11/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Imposto de Renda – Estando em cobrança Imposto de Renda decorrente do contrato qualificado pelo Fisco como de arrendamento, donde ser tributado o aluguel, enquanto a executada afirma tratar-se de compra e venda de frutos pendentes, não sendo tributado o preço, julga-se procedente o executivo fiscal, se por falta de elementos não é possível apurar a verdadeira natureza da liquidez e certeza da dívida (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 33.233-SP</p>	<p align="center">24/09/73</p>
<p>Imposto de Renda – Responsabilidade dos herdeiros – Executivo Fiscal – Prova – Confirma-se a procedência do executivo em falta de prova quanto às despesas cuja glosa deu lugar ao lançamento do imposto, que o executado pretende justificar com a dificuldade de escrituração correta da mão de obra avulsa – Os herdeiros do contribuinte respondem pelas multas fiscais (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 29.599-SP</p>	<p align="center">16/02/73</p>
<p>Insanidade Mental – Internamento no manicômio judiciário – Verificada a insanidade do acusado, preso preventivamente, por meio do competente exame, e prosseguindo o processo, por ser a mesma anterior à data de infração, concede-se a ordem de Habeas Corpus, para o fim de ser removido para o manicômio judiciário, ou estabelecimento adequado – Escapa ao âmbito do Habeas Corpus a apreciação de irregularidades ocorridas na acareação a que foi submetido o acusado, reconhecido insano, cujo valor será apreciado pelo Juiz, ao julgar o processo (Concessão) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">HC 2.781-PR</p>	<p align="center">02/07/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Instituto Nacional do Cinema – Ingresso padronizado – Cabimento do mandado de segurança contra quem executa o ato e exerce a representação do INC no Estado – Não pode o INC cobrar das empresas exibidoras a título de custo de impressão dos ingressos padronizados, por ele fornecidos compulsoriamente, importância que não corresponde ao seu custo real, criando verdadeiro tributo, sem lei que o autorize – Embora não seja possível, em mandado de segurança, apurar o custo efetivo de impressão dos ingressos, concede-se o writ, evidenciada a referida não correspondência, que resulta da cobrança de quantia proporcional à que é paga pelos expectadores, e pelo atendimento de outras despesas, com os aludidos recursos, conforme disposição contida no art. 2º, § 2º, do Decreto 62.005/67 (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 64.792-MG</p>	<p align="center">01/09/71</p>
<p>Locação – Despejo – Desocupação do imóvel residencial – Reconvenção – Julga-se extinta a ação, quanto ao despejo, pela desocupação do imóvel – Com referência às demais pretensões, nega-se provimento aos recursos – Se a ausência de registro do contrato, pelo Tribunal de Contas, impede a condenação da União, ou da autarquia que a sucedeu, ao pagamento dos aluguéis, podendo pleitear, apenas, perdas e danos no tocante à reconvenção, onde se pede a restituição do indevidamente recebido, não foi a mesma processada, e diante da improcedência da ação não se justifica a anulação do processo, para seu regular processamento (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 29.408-RS</p>	<p align="center">08/04/74</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Magistrado – Tempo de Serviço – O magistrado estadual nomeado Juiz Federal não tem direito adquirido à contagem do período de advocacia, admitido como tempo de serviço pela lei local à qual antes estava sujeito – A União Federal não está obrigada a computar tempo de serviço, admitido por leis estaduais, em desacordo com o critério do legislador federal, que, em relação à advocacia, manda computar somente o exercício de cargos de Diretoria ou Conselho da OAB, e exclusivamente para efeito de aposentadoria ou disponibilidade (Provimento)(T1)(TFR)</p>	<p>AC 30.321-MG</p>	<p>08/09/71</p>
<p>Mandado de Segurança – Ato do Delegado da Receita Federal – Encomenda postal – Apreensão como contrabando – Falta de ciência – Apreendida a encomenda postal de acordo com o artigo 215, letra "a", do Decreto 55.870/65, não pode ser decidida em mandado de segurança a questão da existência, ou não, de fracionamento de remessas postais, de modo a iludir o pagamento do imposto de importação – Concede-se, porém, o mandado, para anulação do processo fiscal, se não foi dele cientificado o destinatário – Insuficiente a comunicação à agência local dos Correios, da sua residência, que não lhe deu ciência (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AGMSG 74.065-SP</p>	<p>25/11/74</p>
<p>Mandado de Segurança – Ato do Superintendente da Rede Ferroviária Federal – Direito à percepção de vencimentos reajustáveis, na mesma base do que é pago aos Servidores Públicos da União Federal – De acordo com o Decreto 43.548/58, as atribuições delegadas quanto ao pessoal cedido à Rede Ferroviária Federal, pela União, não podem ser exercidas por quem não seja Servidor Público, Civil ou Militar – Impetrada a segurança contra o Superintendente, que optou pelo serviço da Rede, no regime da CLT, ocorre ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AGMSG 69.091-SP</p>	<p>22/03/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança – Decadência – Ação ordinária de rescisão de locação de imóvel de autarquia – Imissão liminar na posse – O prazo de decadência é contado da citação, posterior à imissão de posse impugnada, prevalecendo a data constante da certidão lavrada pelo Oficial de Justiça – Proposta uma ação ordinária de rescisão do contrato de locação, não cabe imissão liminar na posse, sob invocação do art. 89, § 1º, do Decreto-Lei 9.760/46, que prevê rescisão de pleno direito, do qual não se valeu a autarquia, o que torna desnecessário decidir quanto à aplicação do aludido diploma às locações de imóveis à mesma pertencentes – Segurança concedida, para determinar seja tomada sem efeito a liminar referida (Deferimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 69.287-GO</p>	<p align="center">11/11/71</p>
<p>Mandado de Segurança – Decadência – Ônibus interestadual – O prazo para impetração no processo administrativo não pode fluir do despacho neste proferido, devendo ser contado do conhecimento efetivo do ato – Sendo a impetrante titular da linha urbana, concedida pela Prefeitura, e havendo o DNER apenas autorizado a transferência do ponto final de linha interestadual de outra empresa, dispensável era a audiência daquela ou das autoridades municipais (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 69.554-GB</p>	<p align="center">27/10/72</p>
<p>Mandado de Segurança – O indeferimento da inicial em mandado de segurança é restrito às hipóteses do art. 8º da Lei 1.533/51 – A não indicação da autoridade coatora somente acarreta o indeferimento se não suprida a omissão no prazo que o Juiz fixar; no caso, o Juiz solicitou informações ao Comandante Militar da Amazônia, que assumiu a responsabilidade do ato impugnado, com o que ficou suprida a omissão (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AMS 79.154-RJ</p>	<p align="center">28/06/77</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança – Inadmissibilidade – Não cabe mandado de segurança contra ato judicial suscetível de impugnação através de recurso ou correição parcial – Não se conhece, em consequência, da segurança impetrada contra a determinação contida na sentença que julgou procedente uma ação de nulidade de alvará de pesquisa de expedição de ofício para a paralisação imediata da atividade exercida pela ré; desta sentença cabe apelação, que foi interposta, e contra a decisão que, invocando o poder cautelar, manteve dita determinação, apesar do efeito suspensivo daquele recurso, admissível era agravo de instrumento, ou, a admitir seu descabimento a correição parcial (Desconhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 80.587-MG</p>	<p align="center">28/04/77</p>
<p>Mandado de Segurança – Legitimidade <i>ad causam</i> – Fiança – Liminar – Eficácia – Notificado o bancofiadador para recolher em 24 horas o valor do tributo, tem o afiançado qualidade para impetrar o recurso contra a exigência – Não cabendo, em princípio, mandado de segurança para assegurar a eficácia de liminar obtida, mas reclamação ao Juiz, em face do seu descumprimento, conhece-se, excepcionalmente, da impetração ajuizada perante o Juiz que deferiu a liminar – A fiança prestada por efeito de liminar não pode subsistir à cassação desta, pela sentença que denegou a segurança, não tendo o recurso cabível efeito suspensivo – Não impede a cessação dos efeitos desta fiança o disposto pelo Decreto-Lei 517/69, que disciplina as garantias na esfera administrativa, mas não alcança as prestadas em Juízo ou por ordem judicial (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 70.751-SP</p>	<p align="center">21/09/73</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Mandado de Segurança – Não cabe mandado de segurança contra decisão que indefere liminar em ação possessória, ou exige para a mesma justificação, diante do disposto pelo art. 5º, II, da Lei 1.533/51, e da admissibilidade de agravo de instrumento contra qualquer decisão interlocutória, segundo o art. 522 do novo Código de Processo Civil – Inadequação, frente a este dispositivo, da antiga jurisprudência, pela irrecorribilidade da decisão indeferitória de liminar, em ação possessória (Desconhecimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">MS 75.629-SP</p>	<p align="center">20/02/75</p>
<p>Militar – Reforma – O direito à promoção na reforma, concedido pelo art. 2º da lei 2.579/55, aos veteranos de guerra, é ao posto ou graduação imediato, na hierarquia normal, conforme a Lei 288/48, à qual se reporta – A Lei nº 4.902/65, Lei da Inatividade dos Militares, não se aplica a ex-combatente, já licenciado do serviço, que se tomou incapaz (Provimto) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 31.683-GB</p>	<p align="center">12/04/72</p>
<p>Militar – Reforma – Incapacidade por acidente em serviço – Não há como confundir a incapacidade decorrente de ferimento ou doença adquiridos na manutenção da ordem pública, com a resultante de acidente ou moléstia em serviço, seja em face da legislação federal, seja diante da estadual – Dependendo o direito à reforma na graduação imediata, não ocorrendo a primeira hipótese, de estar o militar impossibilitado totalmente para qualquer serviço, e em falta de prova deste fato, julga-se improcedente a ação (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 32.608-GB</p>	<p align="center">09/10/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Moratória de Pecuarista – Obtenção de favores – Não localizados os autos da anterior moratória, da Lei 209/49, cuja sentença teria transitado em julgado e constituiria base para a obtenção dos favores das posteriores Leis 1.002/49, 1.723/52 e 2.282/54, reformam-se as decisões, para indeferir os benefícios por falta de elementos (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AP 25.319-BA</p>	<p align="center">08/10/75</p>
<p>Nacionalidade Brasileira – Opção – Embora a nacionalidade brasileira, do filho de brasileiro, nascido no exterior e registrado no Consulado, não dependa de futura opção (Constituição, art. 145, I, “c”), o que exclui o registro provisório previsto na Lei 818/49, nega-se provimento ao recurso de ofício da decisão que o concedeu, a requerimento do interessado, observadas que foram as formalidades legais, e diante das dúvidas e controvérsias existentes a respeito da aludida inexigibilidade da opção (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RN 906-RJ</p>	<p align="center">04/05/73</p>
<p>Peculato – Absolvição por Juiz incompetente – Falta de arguição da nulidade no recurso do Ministério Público – Confirmação da sentença – Não é possível, em processo criminal, e em recurso de acusação interposto com outros fundamentos, anular a sentença absolutória por incompetência do Juiz – Confirmação da sentença por não provado o peculato (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">ACR 1.535-CE</p>	<p align="center">30/06/71</p>
<p>Pensão Militar – Previdência Social – A viúva de militar que perdeu a pensão por ter-se remarido com civil na vigência da Lei 1.161/50, tem direito, vindo a desquitar-se, de receber o benefício sob a Lei 3.765/60, que criou título novo à pensão não atribuída a outro beneficiário (Rejeição) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">AC 34.623-GB</p>	<p align="center">09/10/75</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Polícia Federal – Afastamento das funções e recolhimento da carteira funcional – Denunciados os impetrantes, policiais federais, por crime funcional, legítimo é o ato do Diretor-Geral que afastou-os do exercício da função, até final da ação penal; esse afastamento não se confunde com a suspensão preventiva objeto do art. 215 do Estatuto dos Funcionários Públicos Cíveis – Não contraria, outrossim, o disposto pela Lei 5.533/68, que veda retenção de documento de identidade pessoal, o recolhimento das referidas carteiras, em obediência à Instrução Normativa 13/DP, dizendo as mesmas respeito ao exercício da função, da qual foram afastados os impetrantes (Denegação) (TP) (TFR)</p>	<p>MS 79.550-DF</p>	<p>19/10/76</p>
<p>Previdência Social – Despesas com tratamento médico – O reembolso das despesas de tratamento depende de comprovada urgência – Negada esta urgência, pelo INPS, sem que o segurado haja efetuado prova da mesma, improcedente é a ação (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 31.989-SP</p>	<p>19/06/72</p>
<p>Promessa de Venda – Convenção de Condomínio – Casas construídas em terreno comum – Validade da convenção de condomínio elaborada pelo promitente vendedor, então único proprietário, a cuja observância se obrigou o promitente comprador, no respectivo compromisso – A incidência da Lei 4.591/64 é admissível, ainda em relação a casas geminadas, construídas numa quadra, em terreno comum (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 30.892-DF</p>	<p>12/11/71</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Reabilitação – Prescrição da ação penal – Julgada extinta a punibilidade, pela prescrição, com base na pena concreta, e referindo-se esta à ação penal, e não à condenção, não cabe a reabilitação requerida – Se constar, porém, dos assentamentos do requerente, a existência da condenção, imposta na ação penal em que ocorreu a extinção da punibilidade, deverá ser cancelada a notação, sumariamente, pois resulta de um engano – Reabilitação indeferida, por inadmissível (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RCCR 392-MG</p>	<p align="center">18/02/77</p>
<p>Reclamação Trabalhista – Contrato por prazo determinado – Soma dos períodos – Trabalho extraordinário – Férias – Sendo o reclamante "safrista" não se somam os períodos dos seus diversos contratos, por força da parte final do art. 452, da CLT, e, assim, no término do último, não tem direito a indenização, nem aviso prévio – Sendo o salário do reclamante superior ao dos empregados do quadro da reclamada em mais de 100%, as duas horas excedentes de sua jornada de trabalho já estão remuneradas – Nula, porém, a cláusula contratual que exclui a remuneração nos domingos e feriados em que trabalhou o reclamante, que faz jus às correspondentes remunerações – Tendo cada um dos contratos duração inferior a 8 meses, com intervalos entre os mesmos de 3 e 5 meses, não há direito a férias (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RO 2.188-AL</p>	<p align="center">20/10/76</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Reclamação Trabalhista – Empregado da ECT – Rescisão de contrato – Custas – A reprovação no exame psicotécnico não pode ser considerada justa causa para demissão, sendo devida indenização, se ocorreu esta depois do primeiro ano, por lei considerado prazo de experiência, além de não estar provado conhecimento pelos empregados de estar sua contratação subordinada a este resultado – A ECT não goza de isenção de custas na Justiça Federal (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RO 1.837-SP</p>	<p align="center">10/10/75</p>
<p>Recurso – Petição injuriosa e irrelevante – Não encontra apoio em lei a devolução ao advogado, da petição de apelação, pelo Juiz ordenada, por conter expressões irrelevantes ou que lhe sejam injuriosas – Provimento do agravo, para ser processada a apelação, ressalvado ao Juiz o uso da faculdade que confere o art. 15, do Código de Processo Civil (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AG 38.682-RJ</p>	<p align="center">10/12/76</p>
<p>Registro de Nascimento – Ausência de dolo e de prejuízo – Indivisibilidade da ação penal – Condenado o paciente apenas pelo crime do art. 241 do Código Penal, e não havendo sido denunciado por estelionato, irrelevante é a devolução ao INPS do auxílio-natalidade indevidamente recebido, por força do registro efetuado - A não condenação de outro acusado, em virtude da inexistência de prova, não viola o princípio da indivisibilidade da ação penal (Indeferimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">HC 2.859-ES</p>	<p align="center">22/09/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Reintegração de Posse – Ocupação de imóvel em Brasília – Ocupando o réu o apartamento objeto da ação, sem que haja assinado qualquer Termo de Ocupação, e, assim, faltando-lhe título para a ocupação do imóvel prometido à venda a terceiro, que desistiu da aquisição, confirma-se a procedência da ação – Não podia a Confederação Nacional de Agricultura conceder a ocupação do apartamento, o que era de exclusiva atribuição da Codebrás (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 37.070-DF</p>	<p align="center">28/05/75</p>
<p>Remição – Sujeito à execução imóvel alienado pelo devedor em virtude de fraude à Fazenda Pública, reconhecida pela sentença que julgou improcedentes os embargos de terceiro oferecidos pelo adquirente, a faculdade de remir o bem, conferida pelo art. 787 do CPC, deve ser exercida pelo ascendente deste, e não pelo do alienante – Dita fraude, a rigor, não importa em nulidade da alienação, mas somente em sua ineficácia, frente à execução – Reforma da sentença de remição e restabelecimento da arrematação, efetuada pelo adquirente (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AG 38.469-PR</p>	<p align="center">30/04/75</p>
<p>Responsabilidade Civil – Acidente ferroviário – Indenização – Ônus da prova – Reconhecendo os votos vencedores, no julgamento da apelação, não estar provada a ocorrência de acidente durante o serviço, não poderia ser julgada procedente a ação, com inversão do ônus da prova, por não esclarecer as circunstâncias do evento (Recebimento) (TP) (TFR)</p>	<p align="center">EAC 28.681-MG</p>	<p align="center">28/02/74</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Responsabilidade Civil – Danos causados por obras públicas são indenizáveis, sendo invocável a responsabilidade objetiva do Estado – Não se deduz da indenização a valorização trazida ao imóvel pelas obras realizadas, das quais resultem danos – Beneficiando a valorização toda uma zona, não será possível exigir somente dos proprietários dos imóveis atingidos pelas obras, que participem de seu custeio, através de redução da indenização a que têm direito, devendo ser cobrada de todos os beneficiados, por meio de contribuição de melhoria (Rejeição – Embargos) (TP) (TFR)</p>	<p>EAC 22.090-BA</p>	<p>16/12/71</p>
<p>Responsabilidade Civil – Ex-diretores de banco – Competência – Proposta a ação pelo Ministério Público Federal, competente é a Justiça Federal – A legitimidade do Ministério Público por esta propositura deverá ser apreciada na ação, não constituindo matéria a ser decidida em exceção de incompetência (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AG 33.550-MG</p>	<p>15/12/71</p>
<p>Responsabilidade Civil – Indenização – Não havendo prova de haver a vítima procedido com culpa, ainda a prevalecer a teoria do “risco administrativo” ou risco temperado, impõe-se a procedência da ação – A morte do filho menor, mesmo que não exerça trabalho remunerado, é indenizável; fixa-se, porém, a pensão em metade do valor do salário mínimo, não obstante tratar-se de auxílio presumido, diante do fato de ser o autor, pai da vítima, permanentemente inválido – Dispensa-se aquisição de apólices em garantia das pensões, a ser substituída pela inclusão dos autores em folhas de pagamento, por ser responsável pela indenização a União Federal (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 28.234-RN</p>	<p>19/06/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Salário-Família – Guarda de menor – Suspensão de pagamento – A guarda de menor, à qual se refere o art. 1.38, do Estatuto dos Funcionários Públicos, não exige vida sob o mesmo teto – Suspensão, porém, o pagamento do salário-família até que o impetrante comprove o exercício de fato da guarda que lhe foi deferida judicialmente, e não sendo possível esta prova em mandado de segurança, denega-se o Writ (Desprovemento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 66.530-PI</p>	<p align="center">15/12/71</p>
<p>Servidores Autárquicos – Aproveitamento – Os empregados da “A Equitativa dos Estados Unidos do Brasil” aproveitados na autarquia Caixa Econômica Federal, de acordo com o Dec. 58.859/66, sob regime da CLT, devem ser incluídos nos quadros organizados pela Caixa Econômica Federal – Empresa Pública, na forma do Decreto-Lei 943/69, juntamente com os demais servidores que, por efeito de opção, estão sujeitos a legislação trabalhista – Por força da legislação, os quinquênios estão congelados, inclusive para o pessoal estatutário (Provimento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">RO 218-GB</p>	<p align="center">04/09/72</p>
<p>Servidor Público – De acordo com o art. 3º, § 1º, do Decreto 43.548/58, as atribuições delegadas quanto ao pessoal cedido à Rede Ferroviária Federal, pela União, não podem ser exercidas por quem não seja servidor público, civil ou militar, em consequência, impetrada a segurança contra o Superintendente da 9ª Divisão, que optou pelo serviço da Rede, no regime de CLT, ocorre ilegitimidade passiva <i>ad causam</i> (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 69.091-SP</p>	<p align="center">22/03/72</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Sinal de Propaganda – Prorrogação – Denominação descritiva do produto – Por ocasião da prorrogação do registro, admissível será o seu indeferimento, em virtude do disposto em lei superveniente – A palavra “Liquigás” não é registrável como sinal de propaganda, por designar o produto (gás liquefeito) com que comercia a impetrante – Aplicação do Código de Propriedade Industrial, art. 65 (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AGMSG 77.602-RJ</p>	<p align="center">25/08/76</p>
<p>Suspeição – Não justificam a suspeição do Juiz declarações que lhe foram atribuídas, em matéria publicada num jornal, pelas quais negou ser responsável – Se assim não fosse, a manifestação sobre a causa, decorrente da aludida publicação, não configuraria a hipótese do art. 135, V, do Código de Processo Civil (Improcedência) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">EXSUSP 44-MA</p>	<p align="center">22/10/75</p>
<p>Suspensão do Processo – O art. 265, IV, do CPC, estabelecendo a suspensão do processo quando o julgamento depender de outra causa, prevê a existência de questão prejudicial que constitua objeto de outra ação pendente – Como tal não pode ser considerada questão que só em ação própria pode ser decidida, e não admite decisão em caráter incidental, como é a invalidade de transcrição imobiliária existente – Inadmissibilidade da suspensão da ação de consignação de impostos, até julgamento da ação de nulidade de transcrição imobiliária (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AG 38.126-MA</p>	<p align="center">25/05/75</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Taxa de Despacho Aduaneiro – Nas importações realizadas na vigência do Decreto-Lei 37/66, a isenção do imposto, decorrente de outras leis e neles não previstas, não importa na da taxa – Inaplicabilidade das Súmulas 308 e 309 do STF (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 29.875-SP</p>	<p align="center">27/08/71</p>
<p>Transporte Marítimo – Cosseguro – Interrupção da prescrição – A interrupção da prescrição, pela seguradora líder, no Cosseguro, não aproveita às demais Cosseguradoras – Inaplicabilidade do princípio do art. 175, do Código Civil, por não haver, no caso, obrigações solidárias – Comprovada a falta das mercadorias, confirma-se a procedência da ação (Provimento parcial) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 28.302-GB</p>	<p align="center">10/12/73</p>
<p>Transporte Marítimo – Prescrição – O prazo de prescrição, nas ações fundadas em extravio ou avarias, no transporte marítimo, é de um ano, a contar do término da descarga – Ajuizada a ação tempestivamente, a demora na citação não imputável à autora não prejudica, conforme jurisprudência – Rejeição da prescrição, embora a vistoria não interrompa o lapso prescricional – Reforma da sentença, com determinação de prosseguir o Juiz no julgamento, que a Turma não pode ultimar, na forma do art. 515, §§ 1º e 2º, do CPC, por não haver questão estranha no mérito, não decidida (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p align="center">AC 40.600-RS</p>	<p align="center">05/12/75</p>

INFORMATIVO JURISPRUDENCIAL

ASSUNTO	Identif.	Data/ Julg.
<p>Uniformização de Jurisprudência – Descabimento – Denegação da segurança – Não conhecimento da Remessa <i>Ex Officio</i> – Não legitima o pedido de Uniformização de Jurisprudência a simples existência de grande número de processos semelhantes pendentes – A sentença denegatória de segurança, proferida na vigência da redação que ao art. 12, da Lei 1.533/51 deu a Lei 6.014/73, não está sujeita ao duplo grau de jurisdição (Desconhecimento) (T1) (TFR)</p>	<p>REO 75.155-SP</p>	<p>20/11/74</p>
<p>Uniformização de Jurisprudência – Enquadramento – Lei 4.069/62 – Constituição de 1967, art. 177, § 2º - Indeferimento do pedido de Uniformização de Jurisprudência, se não ocorre divergência, já manifestada, entre decisões de Turmas diferentes – O art. 23 da Lei 4.069/62 só beneficia o servidor admitido até a data de sua vigência, em função de caráter permanente – Improcedência da ação, pois somente com a Lei 4.789/65, o Serviço Nacional de Recenseamento, onde serviam os autores, tornou-se permanente – A Constituição de 1967 apenas concedeu estabilidade, sem envolver enquadramento como funcionário público, do servidor regido pela CLT (Desprovimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AC 26.736-GB</p>	<p>21/03/75</p>
<p>Vistoria Ad Perpetuam – Justificado o interesse do requerente na segurança da prova, diante do risco de seu desaparecimento ou de modificação do estado de fato, defere-se a vistoria <i>ad perpetuam</i> – A demora já verificada, desde a decisão agravada de indeferimento, não impede a medida, cabendo ao perito responder aos requisitos com os elementos de que dispuserem, dentro das suas possibilidades – Também não o impede a invocação à possível violação de segredos, restrita que é a perícia à definição da maquinaria, montada ou em montagem, e ao estado em que se encontra, incumbindo ao Juiz, com os poderes que a lei lhe confere, corrigir eventuais excessos, nos quesitos (Provimento) (T1) (TFR)</p>	<p>AG 28.194-PE</p>	<p>27/08/73</p>